

ASSIM NA CÂMARA COMO NA ASSEMBLEIA: REPRESENTAÇÃO CORPORATIVA EVANGÉLICA NAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2020 NO PARANÁ¹

Frank Antonio Mezzomo
Universidade Estadual do Paraná

Brandon Lopes dos Anjos
Universidade Estadual do Paraná

Ari Pedro Oro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Neste artigo, analisamos as continuidades e similaridades no uso do capital religioso e nas estratégias eleitorais de candidatos apoiados por denominações evangélicas. Trata-se das campanhas de representantes oficiais da Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus, nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná (2018) e à Câmara Municipal de Campo Mourão (2020). Procedemos a coleta e sistematização de materiais publicados em suas mídias sociais, problematizando a intensidade na utilização de signos hieráticos, a forma como as campanhas foram construídas e o estilo como as identidades sacras foram acionadas nas campanhas eleitorais. A participação de religiosos na arena pública apresenta uma agenda e estratégias simbólicas e pragmáticas, cuja consequência parece buscar expandir o reino de Deus sobre a política e fazer a vontade da Igreja assim na Câmara como na Assembleia.

Palavras-chave: Religião e política; Campanha eleitoral; Candidatos oficiais; Igrejas pentecostais.

Introdução

“Vocês querem ouvir alguém que dá conselho ao presidente da República? Eu vou dar o nome. Chama o pastor Silas Malafaia aqui. Esse fala quase que diariamente com o presidente e influencia o presidente”, afirmou Flávio Bolsonaro (Republicanos/RJ), primogênito de Jair Bolsonaro (sem partido) – presidente do Brasil –, durante a sessão da

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, no dia 20 de maio de 2021. O pastor citado, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, confirmou a declaração, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo: “Pode colocar aí: o pastor Silas Malafaia fala quase que diariamente. Fui lá [no Palácio do Planalto] seis vezes, de março [de 2020] pra cá, em três dessas, mais de três horas [de reunião]. E por telefone de ‘zap’, eu falo muitas e muitas vezes com ele” (Balloussier, 2021: s./p.). A posição de conselheiro presidencial atribuída a Silas Malafaia já foi ocupada, segundo a grande mídia, por outro personagem tido como “guru do Bolsonaro”, Olavo de Carvalho, um católico tradicionalista, com características antimodernistas e fundamentadas em preceitos religiosos (Teitelbaum, 2020).

As duas referências retratam um amplo leque de cenas em que a religião cristã conquista uma posição privilegiada na orientação e no discurso do chefe do executivo federal, que construiu sobre si mesmo a imagem de alguém “terrivelmente cristão”. Essa estratégia perpassa diferentes esferas do Estado e tem acionado lógicas de poder marcadas pela instrumentalização do imaginário e do simbolismo religioso cristão na produção do espaço público. Há, porém, que se destacar que a postura do presidente se inscreve num movimento maior, intensificado nos últimos anos, presente no Brasil e em vários países da América Latina, que se convencionou chamar de “onda conservadora” (Almeida, 2017, 2019; Mariano & Gerardi, 2019).

Nas eleições de 2018 e 2020 no Brasil, seja nos legislativos estadual ou municipal, diversas denominações cristãs – em especial as pentecostais e parcela da católica – mobilizaram sua estrutura institucional e instrumentalizaram seu *ethos* na construção de uma identidade política de seus representantes. Neste artigo procuramos discutir como se deram as continuidades e as similaridades no uso do capital religioso bem como as estratégias de campanhas de candidatos que foram apoiados por igrejas pentecostais nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná em 2018 (ALEP) e à Câmara Municipal de Campo Mourão no ano de 2020 (CMCM). Utilizamos materiais de campanha publicados nas páginas e perfis do *Facebook* e do *Instagram* durante os períodos eleitorais, com especial atenção para a construção de um *modus operandi* denominacional marcado pelo modelo corporativo de representação política (Machado & Burity, 2014). Para essa análise, optamos por analisar os candidatos oficiais da Assembleia de Deus (AD/Missão), da Igreja do

Evangelho Quadrangular (IEQ) e da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD): Cantora Mara Lima (AD), Gilson de Souza (IEQ) e Alexandre Amaro (IURD), postulantes à ALEP, e Edilson Martins (AD), Margareth Medrano (IEQ) e Rosangela Custódio (IURD) à CMCM.

Para a construção do texto, em um primeiro momento, apresentamos alguns elementos acerca do processo histórico da inserção dos evangélicos na política, com a composição da Bancada Evangélica no Congresso Constituinte de 1987-1988 e a formação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE).² Embora sua presença e influência tenham oscilado ao longo dos anos 2000, os evangélicos não se distanciaram do governo federal, tecendo alianças com o poder executivo em todos os mandatos desde o processo de redemocratização. Contudo, após o impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016, conquistaram maior visibilidade e presença pública, unindo-se a grupos neoliberais na constituição de uma propalada onda conservadora no Brasil. No tópico seguinte discorreremos sobre os procedimentos da pesquisa e da constituição do corpus empírico, apresentamos informações sobre as candidaturas e algumas considerações sobre as três denominações religiosas referidas, a AD, IEQ e IURD. Em seguida, conforme metodologia discutida em Mezzomo e Pátaro (2019), analisamos os materiais de campanha publicados pelos candidatos oficiais, observando (I) a *intensidade* na utilização do capital religioso; (II) a *forma* como as campanhas foram construídas; e (III) o *estilo* como as identidades religiosas foram acionadas com a simbologia hierática evangélica. Desta forma, procuramos apresentar o conjunto das estratégias de construção de campanhas de candidatos apoiados pelas três denominações mencionadas, com vistas à sua eleição nos pleitos de 2018 à ALEP e de 2020 à CMCM.

Evangélicos, política e a nova onda conservadora

Desde meados da década de 1980 observamos a ascensão e o dinamismo da participação de evangélicos na arena político-eleitoral, com destaque para a forte atuação das igrejas pentecostais e neopentecostais. Na eleição para compor o novo Congresso Constituinte (1986), considerável ponto de inflexão na participação política evangélica, projetaram-se tanto em quantidade, com 33 parlamentares eleitos (18 pentecostais), quanto em qualidade, considerando a inserção de novos agentes e os primeiros movimentos de formação de um modelo corporativo de repre-

sentação política (Freston, 1993; Machado & Burity, 2014; Lacerda, 2017).

Embora nem todos os parlamentares evangélicos fossem conservadores, formaram “um bloco bem barulhento no Congresso Constituinte” (Pierucci, 1987: 44), por meio de uma “bancada evangélica” notadamente voltada para atuar “em matérias relacionadas com a moral sexual e a família, e em certas votações de alto relevo como reforma agrária e a duração do mandato do então presidente (não eleito pelo voto popular)” (Freston, 1992: 25). A inserção evangélica na política foi justificada para garantir a manutenção da liberdade religiosa frente a uma possível retomada de poder da Igreja Católica e, ainda, para afastar uma alardeada interferência e ascensão de um governo comunista. Historicamente, este empreendimento ocorreu basicamente em duas direções: (I) no executivo, com articulações pragmáticas que envolveram apoio a candidaturas não religiosas em troca de favores; e (II) no legislativo, com o lançamento de candidatos oficiais, chamados a defender os interesses das denominações.

A literatura tem apontado que, a despeito de candidaturas religiosas que não contam com o apoio institucional, e geralmente marcadas por experiências voluntárias e pouco planejadas, a inserção dos evangélicos na política tem sido notável pelo uso da estratégia do modelo corporativo de representação, suscetível de assegurar estrutura e recursos eclesiásticos aos candidatos escolhidos para disputarem eleições. Os candidatos oficiais – que aqui são considerados como aqueles que são reconhecidos como representantes e contam com a chancela de Igrejas –, recebem das mesmas apoio simbólico e pragmático, decisivos para o seu sucesso eleitoral. No Brasil, embora com características próprias, a Igreja Universal do Reino de Deus, e depois a Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular, desenvolveram estratégias pioneiras na constituição das candidaturas oficiais. Para tecer um parâmetro da importância do apoio eclesiástico, políticos que romperam com a articulação político-religiosa e tentaram isoladamente sua sorte nas eleições observaram forte queda nas intenções de votos, o que fez com que muitos deles desistissem das candidaturas e os que mesmo assim se aventuraram não conseguiram se reeleger (Pérez Guadalupe, 2020; Lacerda, 2017; Machado & Burity, 2014; Freston, 1993).

Nos anos seguintes à Constituinte, os evangélicos se impuseram como uma força política capaz de influenciar o avanço na defesa de uma agenda moral, ao mesmo tempo em que sua presença na política nacional esteve associada, direta ou indiretamente, na obtenção de benefícios institucionais, como a concessão de emissoras de rádio e TV e a isenção de impostos para os templos (Pérez Guadalupe, 2020; Lacerda, 2017; Mariano, 2017; Freston, 1993). Ainda, vale destacar que esses agentes nunca se afastaram do poder executivo, independente do perfil político ou ideológico do presidente eleito, tecendo alianças pragmáticas nos mandatos de José Sarney (1985-1999), Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-atual).

Em 2003, os parlamentares registraram a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), unindo deputados e senadores de diferentes denominações religiosas e partidos políticos, tendo como estratégia de ação combater aquilo que na sua concepção era nocivo à sociedade brasileira, tais como, a desconstrução da família e da vida e a garantia da liberdade constitucional de cultos. Por outro lado, assegurar o direito a realizações de eventos e seções solenes para comemoração de datas do calendário cristão, tais como Dia da Bíblia, Reforma Protestante, Dia da Valorização da Família e outros (FPE, 2019: s./p.)

De uma forma geral, os membros da FPE e da bancada evangélica se opõem aos avanços de políticas de bem-estar social e às reivindicações de grupos minoritários e progressistas, guerreando contra transformações morais e culturais na sociedade.³ Esse ativismo evangélico, ao lado de outros agentes de direita, religiosos ou não, constitui uma onda conservadora brasileira ascendente nas últimas décadas, em um cenário de crise econômica, política e social, descrédito das instituições (científicas, partidárias, educacionais, entre outras) e recrudescimento das polarizações (Mariano & Gerardi, 2019; Almeida, 2017, 2019; Soares, 2019).

A nova direita brasileira teve sua gênese em grupos de discussão e militância na internet, ainda no segundo mandato do governo Lula, entre 2006 e 2010, formada por contra-públicos com “identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante

que correriam o risco de enfrentar reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes” (Rocha, 2018: 20). Espaços como *sites*, *blogs* e mídias sociais – destaque para as comunidades do *Orkut* – possibilitaram a aglutinação desses agentes e, conseqüentemente, sua organização em grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados On-line (ROL), que ganharam visibilidade nos protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. Esses movimentos e entidades civis se organizam e difundem suas ideias em rede, de forma descentralizada e com maior capilaridade quando comparados com a direita tradicional. São formados por grupos plurais, divergentes e com importantes tensões, unificados em torno da oposição ao PT e da esquerda, que, segundo eles, labutaram para construir “uma hegemonia cultural junto à sociedade civil que lhe possibilitasse conquistar e permanecer no Estado a qualquer custo” (Rocha, 2018: 18). Chama a atenção a contradição entre o ultraliberalismo econômico e o conservadorismo moral, amarração possibilitada pela eleição de uma ameaça em comum, a saber, as “políticas de bem-estar social, que reduziam a desigualdade, e também dos movimentos LGBT e feministas, cujas pautas passam a ser recebidas pelo poder público” (Lacerda, 2018: 37). Assim, cria-se o contraditório chavão “liberal na economia, conservador nos costumes”. Essa aliança ultraliberal-conservadora tem conquistado vitórias eleitorais – principalmente por meio do PSC, PSL e NOVO – nos legislativos em 2014 e 2016. Em 2018, contribuiu decisivamente para a eleição de Jair Bolsonaro, na ocasião no PSL, como chefe do executivo nacional (Lacerda, 2018; Rocha, 2018).

Pierucci (1987) já apontava que no Congresso Constituinte ocorreu alianças pragmáticas entre grupos de extrema-direita – como a mídia policial, evangélicos e outros grupos tradicionalistas e patriarcais – defendendo, entre outras pautas, um intervencionismo da legislação para conservar a moralidade sexual e familiar, supostamente em crise devido às mudanças culturais. Em continuidade, nas últimas duas décadas, observamos os políticos evangélicos articularem acordos com outros protagonistas da nova direita, formando o que se convencionou chamar de “onda conservadora” (Almeida, 2017, 2019; Lacerda, 2018; Rocha, 2018). Os evangélicos participam ativamente desta onda, sendo constituintes e constituídos por ela, às vezes como protagonistas, às vezes como colaboradores. Almeida (2017) sugere, para fins de análise, entender a onda em quatro linhas de força. A *econômica liberal*, ao defender a diminuição do

Estado, incentivo do empreendedorismo individual e enaltecendo aqueles que ascendem individualmente em meio às desigualdades sociais; a *moralmente reguladora*, na qual os evangélicos protagonizam ações que buscam se opor às transformações culturais e alcançar vitórias legislativas, principalmente no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos; a *repressiva e punitiva*, defendendo uma ordem hierárquica, militarizada e articulada com a “bancada da bala”; e a *socialmente intolerante*, que instrumentaliza uma lógica de produção de inimigos e mobilização dos afetos.

Nas eleições presidenciais de 2018, importantes igrejas evangélicas de tendência pentecostal e neopentecostal, além de parcela católica conservadora, se apresentaram como bastiões de sustentação e de apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro, o qual, segundo imagética e narrativa difundidas durante o pleito, seria uma figura messiânica detentora do poder de impedir a implantação do comunismo, a perseguição aos cristãos, a destruição das famílias, a erotização das crianças e o assassinato dos nascituros. Isto significa que esse candidato, sem declarar oficialmente o seu pertencimento a uma ou outra denominação cristã, conseguiu instrumentalizar elementos religiosos para a promoção de sua imagem que foram importantes para a sua vitória eleitoral. Ou seja, embora no pleito presidencial de 2018 houvesse outros candidatos que se declarassem evangélicos, como Marina Silva (REDE) e Cabo Daciolo (Patriota), o apoio evangélico recaiu majoritariamente em Bolsonaro, sendo decisivo na vitória contra Fernando Haddad (PT) no segundo turno das eleições (Nicolau, 2020; Freston, 2020; Oro & Alves, 2020; Almeida, 2019; Mariano & Gerardi, 2019).

Com tenacidade similar a que ocorreu em torno das eleições nacionais, os pleitos aos legislativos estaduais, em 2018, e municipais, em 2020, encontraram rearranjos e reverberações dessa onda conservadora, com ativa participação dos evangélicos na cena pública, com articulações, acordos e tensões entre as arenas política e religiosa. Podemos identificar e problematizar continuidades e similaridades no uso do capital religioso e as estratégias de campanhas nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná e à Câmara Municipal de Campo Mourão?

Eleições de 2018 e 2020 no Estado do Paraná: a pesquisa, as denominações religiosas e os candidatos oficiais

O Estado do Paraná está localizado na região Sul do Brasil e conta com uma população de 11.516.840 habitantes. O pleito de 2018 ao legislativo paranaense ocorreu no dia 07 de outubro, quando foram às urnas 6.620.465 eleitores, cerca de 83,04% do total de votantes, para eleger 54 deputados entre 766 candidatos. A quinhentos quilômetros da capital está localizado Campo Mourão, um dos 25 municípios mais populosos, com 95.488 habitantes, ocupando a posição de cidade-polo da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. No dia 15 de novembro de 2020, dos 65.951 eleitores aptos a votar, 51.158 (em torno de 77,57%) compareceram para eleger 13 vereadores entre 191 postulantes.

A partir das informações disponibilizadas pelo TRE/PR, mapeamos todos os candidatos que participaram nos dois pleitos, realizando o reconhecimento e coleta de materiais publicados em suas mídias sociais – *Facebook* e *Instagram* –, tendo como critério para seleção aqueles que utilizaram elementos religiosos na construção de suas campanhas eleitorais. Coletamos fotos, vídeos, *e-flyers*, “santinhos”, *lives*, *jingles*, *posts*. Como recorte temporal, selecionamos o período entre 20 de julho e 14 de outubro de 2018 – para a campanha à ALEP – e entre 31 de agosto e 22 de novembro de 2020 – para o pleito à CMCM. Em ambos os casos, a primeira data refere-se ao início das convenções partidárias e a segunda com uma semana após o fim do primeiro turno das eleições.

Nas eleições de 2018, identificamos 27 candidatos evangélicos, 8 católicos e 2 vinculados às religiões de matriz afrobrasileira, enquanto que em 2020 registramos 18 evangélicos, 5 católicos e 3 cujo reconhecimento do vínculo institucional não foi possível de ser realizado. Todos esses candidatos são aqui denominados de religiosos políticos, posto que são “sujeitos detentores de um pertencimento religioso anterior a sua eleição, que se utiliza deste pertencimento como capital político, mesmo que de forma sutil, e que, uma vez eleitos, mantêm o seu vínculo religioso de forma explícita” (Carvalho Junior & Oro, 2017: 19).

Interessa-nos para a análise os candidatos oficiais vinculados à AD, IEQ e IURD. Neste caso, trata-se de seis candidatos oficiais, sendo que cada uma das denominações mantiveram um representante⁴ para a ALEP e outro para a CMCM. No quadro 1 mencionamos os candidatos oficiais com informações sobre seus nomes de urna, denominações reli-

gias a que estão vinculados, partidos políticos, quantidade de votos obtidos e a situação eleitoral.

Quadro 1: Candidatos oficiais da AD, IEQ e IURD à ALEP e CMCM (2018/2020)

Eleição	Nome de urna	Partido	Vinculação religiosa	Situação	Votos
Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP)					
2018	Cantora Mara Lima	PSC	AD	Suplente (assumiu posteriormente)	33.866 (0,59%)
	Gilson de Souza	PSC	IEQ	Eleito	46.116 (0,81%)
	Alexandre Amaro	Republicanos	IURD	Eleito	49.565 (0,87%)
Câmara Municipal de Campo Mourão (CMCM)					
2020	Edilson de Souza	Cidadania	AD	Eleito	952 (1,99%)
	Margareth Medrano	Republicanos	IEQ	Não eleita	210 (0,44%)
	Rosângela Custódio	Republicanos	IURD	Não eleita	258 (0,54%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Chama atenção a distribuição partidária dos candidatos. O Republicanos e o PSC são, historicamente, ligados à IURD e AD (Pérez Guadalupe, 2020), ambos posicionados no espectro político de centro-direita, com políticas liberais na economia e conservadoras na agenda moral e de costumes. O Cidadania, antigo PPS, trocou o nome em 2019 como uma estratégia para se desvincular de possíveis associações à chamada ideologia comunista. Embora tenha sido criado com postura voltada à esquerda, hoje se posiciona no centro do espectro ideológico, mesclando característica do liberalismo econômico e de políticas sociais progressistas (Zanlorenssi, Almeida & Nunes, 2020). Com tais características foram constituídas as candidaturas oficiais da AD, IEQ e IURD para os pleitos eleitorais à ALEP e a CMCM, em 2018 e 2020, respectivamente.

Assembleia de Deus e os candidatos oficiais

Fundada em 1911 pelos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, a Assembleia de Deus cresceu de forma acentuada em um século de existência, tanto em número de fiéis quanto na presença pública

na sociedade brasileira. Em sua organização estrutural não existe uma única liderança nacional, mas múltiplos ministérios relativamente autônomos e independentes, geralmente estruturados em torno da figura carismática do pastor-presidente. Foram criadas convenções para encontro de líderes, com o objetivo de discutir problemas comuns e manter certa unidade entre os templos que compõem os ministérios, com destaque para a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) e Convenção Nacional das Assembleias de Deus Madureira (CONAMAD), ligadas a AD/Missão e AD/Madureira, respectivamente. Essa estrutura descentralizada permite espantosa capilaridade, alcançando regiões periféricas em todo o país por meio de pequenas comunidades que se multiplicam e dão continuidade ao crescimento da denominação (Correa, 2014; Fajardo, 2015).

Contudo, quando se trata das campanhas eleitorais, essa descentralização pode representar um desafio, já que promove algumas dificuldades para concentrar os votos assembleianos em torno de representantes indicados pela denominação (Mezzomo, Anjos & Pátaro, 2020a). Em 2018, nas eleições ao legislativo estadual, 12 candidatos se identificaram como pertencentes a diversos ministérios das ADs, dos quais 3 receberam apoio oficial (2 da Missão e 1 da Madureira), sendo que nenhum desses postulantes foram eleitos. Já em 2020, para o legislativo de Campo Mourão, 5 candidatos das ADs participaram do pleito, três com endosso da instituição religiosa, apenas um alcançando êxito eleitoral.

Mesmo que cada ministério possua alguma centralidade constituída pelas convenções e pela figura carismática do pastor-presidente, o corpo de fiéis apresenta vozes dissonantes, podendo conflitar com as decisões do “alto clero”, inclusive na escolha dos representantes oficiais. No caso das eleições à CMCM, Olivino Custódio, candidato assembleiano não apoiado pela denominação, apresentou descontentamento com a posição da AD/Missão em indicar outro postulante à Câmara (Mezzomo, Pátaro & Onofre, 2014). Já nas eleições à ALEP, Noemia Rocha, apadrinhada pela AD/Missão em 2014, não foi apoiada em 2018, o que ocasionou desconforto em reunião da CIEADEP, quando foi apresentado Misael Junior como novo representante institucional. Na ocasião, o esposo da candidata – Carlos Rocha Junior – expressou sua indignação utilizando uma sentença que parece sintetizar as desarmonias dentro da instituição: “O plenário aqui presente não concorda com o senhor! Eles não es-

tão concordando com a sua atitude” (Tupan, 2017).

A AD construiu um histórico de vitórias e derrotas nas últimas eleições proporcionais no Paraná. Cantora Mara Lima foi apoiada pela AD em três pleitos à ALEP, com declínio constante no número de votos, recebendo 56.516 em 2010, 43.549 em 2014 e 33.866 em 2018. Igualmente, Edilson Martins, representante da denominação em três períodos eleitorais à CMCM, conquistou 1.428 votos em 2010, 1.293 em 2016 e 952 em 2020.

Cantora Mara Lima é cantora gospel já consagrada no meio pentecostal, apresentadora de televisão, proprietária da gravadora Louvor Eterno, assim como de uma emissora de rádio homônima e de uma loja de produtos evangélicos na capital paranaense. Anteriormente, já havia participado dos pleitos de 2008 (PSDB), para o legislativo de Curitiba, assumindo o cargo de vereadora, e de 2006 (PSC), 2010 e 2014 (pelo PSDB), para o legislativo estadual, eleita nas duas últimas ocasiões. No pleito de 2018, quando concorreu para o seu terceiro mandato como deputada estadual, ficou como suplente, conquistando votos em 387 dos 399 municípios no Paraná. A deputada assumiu o cargo no lugar de Guto Silva (PSD), que foi chamado pelo governador eleito, Ratinho Júnior (PSD), para comandar a administração da Casa Civil.

Em sua campanha, recebeu apoio da Convenção das Igrejas Evangélicas da Assembleia de Deus do Paraná (CIEADEP) e da Convenção Estadual das Assembleias de Deus Ministério de Madureira no Estado do Paraná (CONEMAD-PR). Pastores que possuem importantes posições no campo assembleiano, entre os quais Davi Secundo, Silas Malafaia, Perci Fontoura, Bispo Samuel Ferreira, além de cantores consagrados no meio gospel pentecostal, como Suellen Lima, Cristina Mel, Leandro Borges, Vanilda Bordieri e Damares Oliveira, expressaram seu apoio à cantora pentecostal. A “Deputada da Família”, como se intitulou, realizou visitas a várias denominações religiosas, deixando explícita a sua ligação e o apoio recebido de pastores das ADs e de outras igrejas evangélicas. Durante o pleito, recorreu com frequência às suas atividades enquanto parlamentar, apresentando postagens com projetos aprovados durante seu mandato. Suas pautas defendiam a família, os princípios cristãos e o combate às drogas, posicionando-se contra a chamada “ideologia de gênero”, a legalização do aborto, a pedofilia, a violência doméstica e em favor da valorização dos direitos da mulher.

Edilson Martins é formado em Gestão Pública, tendo atuado como diretor de governo, chefe de gabinete, assessor parlamentar estadual, entre outras funções políticas na região de Campo Mourão. O candidato participou e foi eleito nos três últimos pleitos ao legislativo, em 2012, 2016 e 2020. Sua campanha nas mídias sociais focou em mostrar suas visitas às igrejas pentecostais e os apoios que recebeu dos líderes e membros dessas denominações. Não apresentou propostas durante a campanha, nem mesmo em relação à agenda moral, embora tenha utilizado, em boa parte de suas postagens, a *hashtag* #defesadafamilia. Optou por divulgar ações realizadas durante os mandatos, com destaque para a Lei 3.281/2013, de sua autoria, que instituiu o “Dia do Evangélico” no município, evento realizado anualmente no segundo sábado de novembro, que reúne evangélicos de toda a região (Mezzomo, Nascimento, Silva & Anjos, 2020).

Os dois candidatos da AD dedicaram a maior parte de suas publicações nas mídias sociais para divulgar suas participações em celebrações religiosas, bem como vídeos, fotos e *e-flyers* de pastores, cantores e outros líderes eclesiais de várias denominações pentecostais que os apoiaram. Cantora Mara Lima destacou sua luta pela agenda moral, algo que, como frisamos, foi pouco explorado por Edilson Martins. Ainda, o postulante à CMCM divulgou passeatas e visita aos lares, quando aconteciam encontros com quantidade considerável de pessoas (levando em conta que o período eleitoral ocorreu durante a pandemia da Covid-19), procedimento menos utilizado por Cantora Mara Lima. Ambos disponibilizaram espaços em suas mídias para que pessoas transmitissem seu apoio à reeleição, o que não ocorreu com os postulantes da IEQ e IURD, como veremos. As campanhas contaram com ampla produção de materiais nas mídias sociais, com reações e participações de seus eleitores, sempre enfatizando sua evidente articulação com a AD.

Igreja do Evangelho Quadrangular e os candidatos oficiais

A Igreja do Evangelho Quadrangular foi fundada no Brasil no início da década de 1950 pelos missionários norte-americanos Harold Williams e Raymond Boatright. Sua primeira estratégia de ação foi evangelizar por meio de celebrações religiosas em tendas itinerantes, denominadas “Cruzadas Nacionais de Evangelização”, de onde deriva seu nome inaugural, “Igreja das Cruzadas”. Percebendo a dispersão dos novos convertidos pela

falta de uma instituição física permanente, fundaram templos e abriram novos campos missionários, utilizando o nome da igreja-mãe, nos Estados Unidos, *International Church of The Four-Square Gospel*, sem manter ligação hierárquica com a mesma. Sua doutrina está fundamentada nas ações do Espírito Santo por meio de curas divinas e a evangelização das massas, dogmas que conquistaram espaço rapidamente em todo o país (Paula, 2012; Callegari, 2018).

A década de 1950 é caracterizada por uma reconfiguração das organizações religiosas pentecostais, visando se adequar à lógica mercadológica em um campo religioso cada vez mais concorrido. Nesta dinâmica, a IEQ abandonou a rigidez dos usos e costumes que caracterizavam o sectarismo das igrejas pentecostais clássicas e adaptou seus serviços religiosos aos interesses individuais, com ênfase na cura divina. No entendimento de Aleixo (2019), talvez o elemento que mais contribuiu para a sua expansão tenha sido o investimento no uso de recursos midiáticos para evangelização, principalmente redes de rádio, mais acessíveis ao grande público do que os periódicos impressos confessionais.

A IEQ apresenta uma estrutura organizacional centralizada e posição hierárquica verticalizada, dividida em administração superior (nacional), intermediária (estadual, auxiliada pelas superintendências regionais) e de base (igrejas locais). Esta organização parece estratégica para sua participação na arena política. A última versão de seu estatuto, de 1999, prevê a criação de um departamento voltado exclusivamente para coordenar as ações político-eleitorais, denominado “Secretaria Nacional de Cidadania”. Seu objetivo é organizar a atuação política e as prévias para escolha de seus candidatos, além de cadastrar e acompanhar os mandatos de seus representantes oficiais. A criação da Secretaria no Paraná e em Campo Mourão foram quase imediatas ao lançamento do estatuto, com candidatos oficiais lançados em 2000 e 2002, aos legislativos municipal e estadual, respectivamente (Paula, 2012; Callegari, 2018).

Gilson de Souza é o representante da IEQ na ALEP, eleito para o seu terceiro mandato, tendo recebido 34.713 votos em 2010, 34.470 em 2014 e 46.116 em 2018. Em Campo Mourão, a denominação vem apresentando derrotas sucessivas nos pleitos eleitorais desde 2004, quando pastor André Portes, que na época ocupava o cargo de vereador, não tentou a reeleição para apoiar outro representante da igreja, Irmão Izidoro Bueno. Até 2020, a denominação apresentou cinco candidatos oficiais

que não alcançaram êxito (Mezzomo & Pátaro, 2017), tendo sido Margareth Medrano a escolhida da IEQ para 2020.

Formado em Teologia e Gestão Pública, Gilson de Souza é pastor auxiliar da 1ª IEQ em Curitiba e secretário da Secretaria Estadual de Cidadania. Na ALEP, foi presidente da Comissão de Finanças e compôs as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Metropolitanos, Orçamentos e Cultura, além de líder da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família e membro fundador da Bancada Evangélica. O candidato foi reeleito para o seu terceiro mandato pelo PSC, com votos distribuídos em 349 municípios paranaenses. Criador da lei do “Dia do Nascituro”, as suas principais pautas defendidas estiveram relacionadas aos valores cristãos, como a luta contra a legalização do aborto e das drogas, oposição à “ideologia de gênero”, combate à pedofilia e defesa da família. Também estavam, entre suas propostas de “boa política”, as melhorias na segurança pública e saúde e o combate à corrupção, além de lutar contra o que foi chamado de “doutrinação política e ideológica nas escolas”.

Margareth Medrano é formada em Relações Internacionais e atuou, entre 2012 e 2019, como assessora da pastora Jurema Portes, que foi candidata a vice-prefeita (2012) e vereadora (2016) em Campo Mourão, não sendo eleita nessas ocasiões. Margareth teve sua primeira participação eleitoral em 2020, pelo Republicanos, quando conquistou 210 votos, e não alcançou êxito. A candidata recebeu apoio dos deputados estaduais Gilson de Souza e Douglas Fabrício e do deputado federal Aroldo Martins,⁵ como também do casal André Luís Portes e Jurema Portes, pastores da 1ª IEQ no município. Em sua campanha nas mídias sociais não realizou muitas publicações, mas se apresentou em boa parte delas como alguém que defende a família. Em suas pautas, se posicionou contra a “ideologia de gênero”, e afirmou que atuará na área da educação, economia, saúde e ação social, embora não tenha apontado como realizará tais ações.

As campanhas dos dois candidatos da IEQ nas mídias sociais apresentam poucas similaridades. É discreta a movimentação da campanha de Margareth Medrano no *Facebook* e *Instagram*. Seu “santinho” é acompanhado de legenda com texto autobiográfico com destaque na defesa da família, sem a produção de materiais específicos para expressar a pauta que norteia sua campanha. Já Gilson de Souza publicou vários *e-flyers* e vídeos relacionados a agenda moral, inclusive participando da “Ma-

nifestação pela Vida”, protesto realizado em Curitiba contra a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442/2017 (ADPF 442) – a qual propunha a descriminalização do aborto até a 12^a semana de gestação – e que buscava, ainda, denunciar o ativismo do Supremo Tribunal Federal em relação à mesma. A divulgação das visitas aos templos não foi frequente em ambos os candidatos. Enquanto o deputado estadual foi apoiado por lideranças expressivas da IEQ, a postulante à CMCM recebeu endosso dos pastores locais.

Igreja Universal do Reino de Deus e os candidatos oficiais

A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada em 1977 no Rio de Janeiro e logo se espalhou por todo o país, potencializada em grande medida por sua capacidade midiática. A instituição é detentora de várias estações de rádio, jornais e uma das maiores emissoras de televisão no Brasil, a Rede Record. A Igreja possui uma organização hierárquica fortemente centralizada em torno da figura de seu fundador, Bispo Edir Macedo. Vocacionada para o poder, fatores como carisma dos líderes, poder centralizado, disciplina e obediência à hierarquia, forte aparato midiático disponibilizado pela denominação, entre outros elementos, tem garantido certo êxito à sua participação política, com o lançamento de candidatos oficiais desde 1982 (Oro, 2003; Camurça, 2020).

A escolha de seus representantes é realizada por dirigentes nacionais e regionais sem a participação dos membros, podendo lançar seus próprios candidatos ou alocar suas alianças pragmáticas em projetos políticos de ampla envergadura, com o objetivo de beneficiar interesses institucionais. Na estrutura da IURD o Grupo Arimateia constitui o setor responsável pela organização política da denominação, cujo objetivo é

conscientizar as pessoas sobre a importância de exercerem seus direitos para que, dessa forma, escolham representantes políticos de bom caráter e de boa índole, que defendem ideologias favoráveis à nação e que lutem em prol dos interesses coletivos (IURD, 2020: s./p.).

Vale destacar a destreza da denominação em articular e operacionalizar discursos religiosos e seculares e de se apropriar das formas democráticas de fazer política, como a criação de um partido – Republicanos –, embora tanto o partido como a IURD neguem seu parentesco. A Igreja mobiliza uma gama de elementos práticos e simbólicos para cons-

truir e difundir a imagem de seus escolhidos, cujo resultado é geralmente a obtenção de sucesso eleitoral (Oro, 2003; Camurça, 2020). Como exemplo, podemos citar a eleição de 19 dos 22 parlamentares apoiados pela denominação para a Câmara Federal, em 2018 (Camurça, 2020). Na ALEP, elegeu por cinco mandatos consecutivos (1999-2018) o pastor Edson Praczyk e no último pleito o pastor Alexandre Amaro. Na contramão, na CMCM possui histórico de derrotas na promoção de seus candidatos, tendo apresentado desde 2008 um novo representante a cada eleição (Mezzomo & Pátaro, 2017), sendo Rosângela Custódio a escolhida da IURD para a disputa de 2020.

Alexandre Amaro é pastor da IURD, radialista, apresentador, palestrante para casais e empreendedores, além de realizar, há mais de duas décadas, um trabalho social com dependentes químicos e suas famílias. Sua primeira participação na política eleitoral foi em 2018, pelo Republicanos, tendo sido eleito deputado estadual no Paraná com 49.565 votos, recebidos em 367 municípios. Contou com apoio de vários pastores e bispos da instituição, entre eles o Pr. Edson Praczyk, na época deputado estadual apadrinhado pela denominação, e preterido pela Igreja nessas eleições talvez devido às denúncias de desvio de salários de servidores de seu gabinete e contratação de funcionários fantasmas ligados à denominação⁶ (G1, 2016). Alternou na sua campanha visitas a templos da IURD, passeatas nas ruas e interações com seus eleitores nas mídias sociais. Em suas mensagens eram frequentes os gracejos e publicações descontraídas. Suas propostas envolveram o combate à corrupção, a defesa da família – sua principal bandeira, segundo o candidato –, a luta contra a legalização das drogas e a “ideologia de gênero”, afirmando que “a defesa de nossas crianças é prioridade”. Mencionou o incentivo ao esporte como instrumento de inclusão social, criação de políticas públicas para valorizar a educação, defesa dos direitos dos animais e idosos, investimento em saúde e segurança pública, criação de oportunidades para o primeiro emprego e o fortalecimento do terceiro setor.

Para a eleição à CMCM, a IURD apresentou a candidata Rosângela Custódio. Formada em Processos Gerenciais, trabalha como revendedora de produtos de uma franquia de cosméticos. Obreira da denominação, a candidata realiza trabalhos religiosos em hospitais, presídios e asilos de Campo Mourão. Sua primeira participação em eleições municipais foi em 2020, pelo Republicanos, quando obteve 258 votos e não foi eleita. Em

2019, concorreu para o cargo de conselheira do Conselho Tutelar, também não alcançando sucesso. A candidata recebeu apoio dos deputados estaduais Alexandre Amaro e Douglas Fabrício, e dos deputados federais Aroldo Martins e Rubens Bueno. Em suas mídias sociais não divulgou sua vinculação com a IURD, embora tenha compartilhado vários vídeos de lideranças da denominação, como o Bispo Alessandro Paschoall – líder do grupo Arimateia – e o fundador da denominação, Edir Macedo. Sobre as pautas, consta a defesa da família, que ocupa importante espaço em sua descrição do *Instagram*, o primeiro lugar em sua lista de motivos para votar na candidata e também parte de seu *jingle*. Posicionou-se contra o ensino da “ideologia de gênero” e a favor da militarização de colégios estaduais em Campo Mourão. Para além da agenda moral, diz apoiar o esporte, a juventude, a educação, as crianças, idosos, animais e o meio ambiente, assim como defender a proteção às mulheres, sem, contudo, propor como realizaria tais ações se eleita.

A campanha de Alexandre Amaro pareceu melhor articulada com as estratégias iurdianas do que a de Rosângela Custódio. Enquanto o postulante à ALEP recebeu apoio de bispos e pastores de renome da IURD, incluindo suas idas frequentes aos templos no início do período eleitoral, a candidata à CMCM parece ter ficado isolada, acompanhada somente por seu pastor local, de forma discreta nas mídias sociais e mais atuante na campanha “corpo-a-corpo”. Rosângela Custódio postou fotos nas cerimônias religiosas sem ocupar uma posição de destaque no púlpito, ao contrário do que ocorreu com Alexandre Amaro. Entre as semelhanças, podemos mencionar que ambos publicaram materiais se posicionando contra a “ideologia de gênero” e em favor da defesa da família, concomitante a outras pautas mais secularizadas, voltadas para os campos da educação, cultura, segurança, infraestrutura, entre outras. Por fim, os postulantes mantinham suas *fanpages* ativas diariamente por meio de *e-flyers* com versículos bíblicos e, no caso de Alexandre Amaro, vídeos de 70 dias de oração.

Intensidades: nuances no uso do capital religioso entre os candidatos oficiais

Os elementos religiosos foram, em grande medida, orientadores das estratégias de campanha e das identidades dos religiosos políticos, evidenciados pelo apoio eclesiástico, pelo léxico e símbolos hieráticos, pelas

visitas, participações em cultos e espaços sagrados. Esses acionamentos ocorreram com maior ou menor intensidade, a depender do candidato, da denominação e do *modus operandi* que desenvolveram durante as campanhas eleitorais.

As Igrejas não apoiam oficialmente todos os candidatos que estão vinculados a elas, ainda que todos podem manifestar o pertencimento às instituições eclesiásticas durante os pleitos. Identificamos que os apadrinhados pelas denominações apresentam maior volume de publicações com elementos religiosos, possivelmente pela disponibilidade da estrutura ofertada pelas instituições, como vídeos de recomendação de personalidades de destaque nas igrejas e no meio gospel, fotos em participação nos cultos, entre outras manifestações. O exemplo que melhor evidencia essa nuance está na AD (Quadro 2), denominação que, por não possuir uma hierarquia centralizada, apresenta dificuldade para lançar apenas candidatos oficiais, como faz a IURD e a IEQ.

Quadro 2: Quantidade de materiais de campanha (*e-flyers*, vídeos, fotos, *posts*) publicados pelos candidatos assembleianos (2018/2020)

Eleição à ALEP (2018)			
Apoio denomina- cional	Quantidade de candidatos	Quantidade de publicações	Média de materiais por candidato
Sim	3	885	295
Não	9	1.045	116,1
Total	12	1.930	160,83
Eleição à CMCM (2020)			
Apoio denomina- cional	Quantidade de candidatos	Quantidade de publicações	Média de materiais por candidato
Sim	3	122	40,67
Não	2	58	29
Total	5	180	36

Fonte: Dados da pesquisa.

Há diferenças de intensidade entre os candidatos apoiados pelas três denominações aqui evidenciadas (Quadro 3), as quais apresentam variadas posturas em campanha, influenciadas, possivelmente, por suas estruturas organizacionais, relações de fidelidade com as hierarquias e estratégias eleitorais. Os candidatos assembleianos, por exemplo, apresentaram maior número de publicações com elementos religiosos, já que buscaram destacar com intensidade seu vínculo com a AD, por meio de visitas aos templos e dos apoios de lideranças religiosas. Ao contrário, os

postulantes da IURD, talvez sabedores de que não encontrarão competição no espaço eclesiástico, dedicaram parte considerável de suas campanhas nas *fanpages* para publicizar seus envolvimento em passeatas, visitas a espaços seculares e garantir a interação com os eleitores por meio das mídias sociais (Mezzomo, Anjos & Pátaro, 2020b). Além disso, os candidatos iurdianos procuraram se apresentar como cristãos, destacando em suas biografias as atividades filantrópicas, enquanto ocultavam seus postos eclesiásticos e sua identidade denominacional, o que reduz a quantidade de publicações voltadas à divulgação das participações em cultos. Com isso, conciliam o discurso tanto para a base religiosa quanto para a sociedade em geral, em “um jogo de visibilidade e ocultação da identidade evangélica dos candidatos” (Gracino Junior & Rezende, 2020: 268). Assim, escolhas como se apresentar genericamente como cristão ou destacar determinada denominação, bem como enfatizar o eleitorado evangélico ou priorizar outros públicos, influencia na intensidade do uso do religioso de acordo com a estratégia desenvolvida pelo candidato em conjunto com a instituição religiosa.

Quadro 3: Materiais de campanha (*e-flyers*, vídeos, fotos, *posts*) dos candidatos oficiais à ALEP e à CMCM (2018/2020)

Denominação religiosa	Candidato	Quantidade de materiais
AD	Cantora Mara Lima	523
	Edilson Martins	92
IEQ	Gilson de Souza	60
	Margareth Medrano	20
IURD	Alexandre Amaro	400
	Rosangela Custódio	39

Fonte: Dados da pesquisa.

Os elementos religiosos nas campanhas estaduais e municipais são, da mesma forma, utilizados em diferentes intensidades. Enquanto os postulantes à ALEP receberam apoio de figuras religiosas relevantes no cenário estadual e nacional, os da CMCM foram apadrinhados por lideranças regionais, ainda que ostentem o endosso de deputados estaduais e federais do mesmo partido e/ou denominação. Os candidatos municipais parecem encontrar dificuldade para articular suas campanhas ao capital religioso da denominação, como ocorreu no caso de Rosangela Custódio e de Margareth Medrano, que não recorreram aos elementos

religiosos comuns na campanha de representantes oficiais, como, por exemplo, os apadrinhamentos.

Para além da quantidade de material publicado, que indica um primeiro caminho para perceber essas nuances das campanhas oficiais, o conteúdo das postagens também apresenta importantes variações, em concordância com a forma como a estratégia de campanha foi desenhada, como veremos a seguir.

Formas: o ativismo político denominacional na formação das estratégias de campanha

Nesta segunda dimensão do acionamento da religião nas duas campanhas eleitorais, observamos os apoios concedidos pelos pastores e denominações aos seus escolhidos, patronato que ocorre de diferentes formas e nuances, a depender dos candidatos, dos locais e das Igrejas que os promovem. As instituições religiosas parecem fazer o movimento de transferir seu capital simbólico para os escolhidos mobilizando diferentes estratégias para elegê-los. Tal ação não ocorre de maneira desordenada. Ao contrário, é organizada em comissões ou secretarias, como a Secretaria Estadual de Cidadania, no caso da IEQ, a Comissão de Cidadania e Assuntos Políticos, na AD, e o Grupo Arimateia, da IURD. Todas essas estruturas são, em grande medida e ao lado de outras ações institucionais, constituídas para dar suporte às candidaturas oficiais.

A presença dos candidatos nas celebrações religiosas talvez seja o elemento mais perceptível desse apoio. Os representantes oficiais costumam receber espaço nos templos para fazer uso da palavra durante os cultos, por vezes abençoados pela oração dos líderes com imposição de mãos. De acordo com o artigo 37 da Lei 9.504/97, é proibida a propaganda eleitoral no interior das igrejas, já que os templos constituem bens de uso comum. Porém, a norma é vaga e permite uma série de brechas, como a participação nos cultos ocupando posições de destaque (Imagem 1), desde que não falem explicitamente de política. A denominação também pode declarar apoio oficial, como afirma o Guia Orientativo do Processo Eleitoral Municipal, organizado pela Comissão de Cidadania e Assuntos Políticos (CCAP, 2020: s./p.):

Não há vedação para esta declaração de apoio. A igreja é uma instituição privada com seus valores a serem seguidos. Desde que não haja propaganda no templo ou doação a candidatos e

partidos, é possível a declaração de apoio a um candidato, inclusive tendo dito como ‘candidato oficial’.

Imagem 1: Participação dos candidatos oficiais em celebrações religiosas



Legenda: a) Cantora Mara Lima; b) Alexandre Amaro; c) Edilson Martins; d) Gilson de Souza; e) Rosangela Custódio

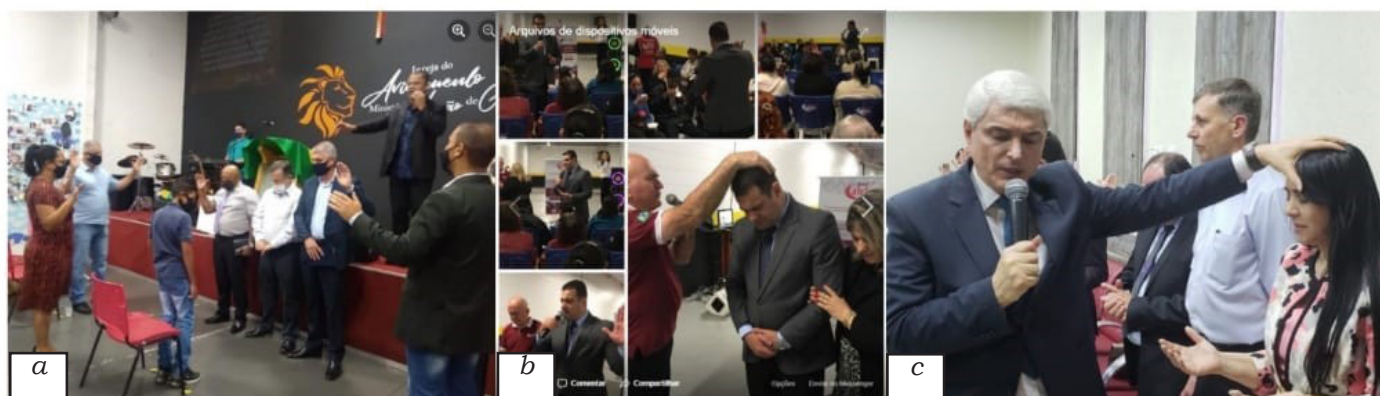
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A capacidade de organização dessas denominações possibilita que esse destaque seja concedido aos candidatos oficiais. A IURD, com sua estrutura hierárquica fortemente centralizada, controla o lançamento

de postulantes de acordo com suas expectativas de voto por região, disponibilizando seus canais de comunicação exclusivamente para esses agentes (Oro, 2003). Já as ADs, diante da multiplicidade de ministérios que a compõem, procuram enfatizar aqueles que são seus escolhidos, intensificando suas participações em cultos e os apoios concedidos por lideranças da denominação, na busca por balizar o “voto útil” de seus fiéis em um número limitado de pessoas (Mezzomo, Anjos & Pátaro, 2020a). Assim, ao funcionar como “máquinas políticas independentes dos partidos, as denominações religiosas reduzem a dispersão dos votos entre os seus fiéis e, portanto, moderam a fragmentação no seio do seu eleitorado” (Rodrigues-Silveira & Cervi, 2019: 565).

Se o espaço exclusivo para fala já é uma grande benesse, os líderes religiosos ainda incensam seus escolhidos com a oração acompanhada pela imposição de mãos (Imagem 2), um ritual de investidura que simboliza a transmissão de carisma do líder espiritual para o seu apadrinhado, suscetível, assim, de receber a força e a inspiração do Espírito Santo para exercer sua missão na política. Esses atos simbólicos designam o candidato como escolhido de Deus para adentrar no meio político e purificá-lo de toda corrupção (Bonfim, 2020).

Imagem 2: Imposição de mãos e a transmissão do carisma aos candidatos oficiais



Legenda: a) Edilson Martins; b) Alexandre Amaro; c) Cantora Mara Lima.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Vídeos e imagens que divulgam o apoio de líderes e cantores consagrados no meio pentecostal foram amplamente utilizados nas campanhas eleitorais. Como dito anteriormente, enquanto os postulantes à ALEP são

apadrinhados por grandes lideranças nacionais, os candidatos à vereança recebem apoios regionalizados. Cantora Mara Lima arregimentou a participação de diversas autoridades do meio artístico gospel, como Suellen Lima, Leandro Borges, Vanilda Bordieri e Cristina Mel, além de lideranças como os pastores Silas Malafaia, Davi Secundo e Perci Fontoura, e o bispo Samuel Ferreira. Já Edilson Martins, da mesma denominação, foi apoiado por diversos pastores locais, com destaque para José Anunciação dos Santos e José Aroldo Santos – antigo e atual pastor-presidente do AD/Missão em Campo Mourão, respectivamente – e de Perci Fontoura, atual presidente da CIEADEP. A AD, tanto a nível estadual quanto municipal, recorreu em maior medida a esse recurso em comparação às outras duas denominações, possivelmente como estratégia para concentrar o voto dos fiéis em torno de seus escolhidos, inclusive porque havia outros assembleianos que também participavam das eleições (Mezzomo, Anjos & Pátaro, 2020a).

O caso da IURD e da IEQ em Campo Mourão chama a atenção, considerando que recorreram pouco ao capital simbólico das lideranças religiosas. Rosângela Custódio, como já mencionado, foi apoiada pelos deputados estadual Alexandre Amaro e federal Aroldo Martins, respectivamente pastor e bispo da IURD, sem que indicassem o pertencimento à denominação. Aroldo Martins afirmou possuir uma ligação pessoal com a candidata, destacando suas qualidades morais, enquanto Alexandre Amaro ponderou sobre o trabalho assistencial realizado em Campo Mourão – organizado pela IURD, ainda que não afirmado pelo deputado –, realçando que a candidata defenderá a família, caso eleita:

Rosângela Custódio, ela é a minha candidata, eu a apoio, eu sou o deputado federal da Rosângela Custódio, ela tem acesso a mim, ela pode entrar em contato comigo a hora que ela quiser [afirma isso mostrando o celular] e eu tudo que farei por Campo Mourão, farei através da intercessão da Rosângela Custódio. Por isso, faça Rosângela Custódio vereadora de Campo Mourão [...] Ela é uma pessoa de Deus, é uma pessoa do bem, é uma pessoa transparente, é uma pessoa lutadora, é uma pessoa honesta. Eu quero ver a Rosângela Custódio vereadora em Campo Mourão. Ela me representa e se você quer que o deputado Aroldo Martins apoie Campo Mourão faça dela sua vereadora! (Deputado Aroldo Martins, Acervo, 2020, s./p.).

Eu tenho uma pessoa muito especial aí em Campo Mourão que nós estamos apoiando agora aí nessas eleições. A Rosângela Custódio!. Rosângela Custódio que já faz um ótimo trabalho assistencial no município, na cidade, trabalha pelo povo, traba-

lha pelas pessoas [...] uma pessoa do bem, uma pessoa que vai defender a família (Deputado Alexandre Amaro, Acervo, 2020: s./p.).

Já Margareth Medrano, da IEQ, foi apoiada pelo deputado Gilson de Souza em vídeo, que não recorreu ao conteúdo religioso nem fez referência à denominação. Seu pastor e ex-vereador de Campo Mourão, André Portes, também expressou seu endosso por meio de uma publicação, em caixa-alta e de certa forma autoritária, destacando a necessidade de os fiéis votarem em quem é apoiado pela denominação:

VOCÊ AMA SUA IGREJA? VOCÊ É FIEL A DEUS E A SEUS LÍDERES? ENTÃO, AO EXERCER SEU DIREITO SAGRADO DE VOTAR COM LIBERDADE, LEMBRE-SE: A IGREJA TEM UM PROJETO DE CIVISMO! PRECISAMOS ELEGER A NOSSA REPRESENTANTE, IRMÃ MARGARETH MEDRANO – 10.789. ELA FOI INDICADA PELA PASTORA JUREMA, E TEVE SUA CANDIDATURA CORROBORADA PELO NOSSO SUPERINTENDENTE E PELA LIDERANÇA QUADRANGULAR! OBEDECER É MELHOR DO QUE SACRIFICAR!!! (Pastor André Portes, Acervo, 2020, s./p.).

Já Alexandre Amaro recebeu apoio de vários bispos da IURD, como Edson Costa, Rogério Formigoni e Vagner Negrão, destacando nos discursos a defesa da família, mas em nenhum dos casos indicou seu vínculo com a IURD. Da mesma forma, Gilson de Souza recebeu uma menção da Damares Alves – anteriormente pastora auxiliar da IEQ e atual ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos –, como de pastores quadrangulares, raramente apontando seu pertencimento à IEQ. Isto não parece desproposital, afinal tais “omissões” podem servir para ampliar o eleitorado para além dos fiéis de suas denominações (Gracino Junior & Rezende, 2020), hipótese que parece assertiva quando observamos os postulantes se apresentando com o termo geral “cristão”. No caso da IURD, em algumas cidades ou regiões pode ser arriscado se apresentar como fiel da denominação, já que a instituição goza de certa antipatia na sociedade (Lacerda, 2017). Os candidatos da AD exibiam seu vínculo com a denominação. Na imagem 3 podemos perceber alguns *e-flyers* e *prints* de vídeos em que esse endosso foi publicizado.

Imagem 3: Apoio de lideranças religiosas aos candidatos oficiais



Legenda: a) Pr. Perci Fontoura com Cantora Mara Lima; b) Rosangela Custódio com Aroldo Martins; c) Bispo Rogério Formigoni e Alexandre Amaro; d) Alexia Alves, José Aroldo dos Santos e Edilson Martins; e) Post do pastor André Portes; f) Damares Alves.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

O apoio das instituições religiosas parece influenciar as formas como as campanhas desses candidatos são desenvolvidas, como vimos acima, mobilizando uma série de ferramentas e estratégias para incensar seus ungidos. A estrutura organizacional é capaz de ofertar cabos eleitorais que realizam o serviço gratuitamente, composto pelos obreiros e voluntários, ampla rede de contatos para divulgação e execução de serviços essenciais, canalização de recursos financeiros para as campa-

nhas, ampla capilaridade social, uso de espaços para “cultos-comícios”, capital simbólico para a construção da identidade dos candidatos, entre outras benesses que não são encontrados nos partidos políticos (Prandi, Santos & Bonato, 2019; Lacerda & Brasiliense, 2018; Carreiro, 2017). Esses contornos não são suficientes para definir o apoio dos fiéis, mas é inegável que tais ações fornecem aos candidatos oficiais visibilidade e assegura a transmissão da legitimidade de parte dos líderes religiosos para os seus ungidos, além de demonstrar confiabilidade por ocuparem um espaço sacro comumente disponibilizado para poucos (Santos, 2013; Christi, 2020).

Estilos: construção de identidades religiosas ancoradas na batalha contra o mal

O uso de signos religiosos na construção das identidades públicas dos candidatos à ALEP e à CMCM foi recorrente, formando um estilo de campanha fundamentado em valores cristãos, com especial destaque para a dicotomia entre bem e mal. Por meio dessa “identidade coletiva distintiva e de combate”, tal qual mobilizada por muitas comunidades evangélicas, os candidatos oficiais procuram assegurar a coesão, o compromisso e o engajamento de seus membros, visibilizar suas causas e enfrentar o que compreendem como decadência moral e ameaças à sua religião, à sua liberdade e a seus valores (Mariano, 2016).

Esse recurso é capaz de granjear o apoio dos fiéis evangélicos por meio de vínculos de pertencimento e reconhecimento, conquistando aderência e engajamento do “povo de Deus”, ao mesmo tempo em que produz distinção entre um grupo moralmente justo (“nós”) e outro contaminado pela corrupção e perda dos valores (“outros”).

Os representantes oficiais constroem sobre si mesmos, em sua imagem pública, características que os identificam como componentes do “grupo dos justos”, não obstante a denúncia de fisiologismo e corrupção envolvendo deputados evangélicos inseridos em postos estratégicos da gestão pública (Mariano, Hoff & Dantas, 2006; Cunha, 2020). Embora os evangélicos, em grande parte, tenham se distanciado dos estereotipados “usos e costumes” que os caracterizavam exteriormente como “crentes”, é possível observar certa recorrência a esse capital simbólico, procurando construir suas identidades tanto como instrumento de autenticidade entre os irmãos quanto de alteridade em relação aos “ímpios” (Alves &

Cavenaghi, 2020; Magalhães, 2018). Assim, os candidatos apresentam alguns elementos que exprimem esse “padrão” evangélico (Imagem 4), como uso de vestimentas formais, cabelos e barbas sempre bem aparados (para homens) e uso discreto de maquiagem e adornos (para mulheres).

Imagem 4: Imagens dos representantes oficiais da AD, IEQ e IURD



Legenda: a) Cantora Mara Lima; b) Gilson de Souza; c) Alexandre Amaro; d) Edilson Martins; e) Margareth Medrano; f) Rosângela Custódio.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Além da integridade na aparência, o linguajar foi utilizado pelos religiosos políticos como meio para produzir vínculos de pertencimento com a comunidade que compartilha os mesmos valores, bem como reforçar a autoridade e legitimidade de suas ações, fundamentadas na cosmovisão cristã. Esse discurso, constituído por falas em vídeos, frases em *e-flyers* e legendas das publicações, menções religiosas nos apoios, símbolos de autoridade hierática – principalmente textos bíblicos – entre outros elementos, funciona como recurso de articulação e agregação, criando um elo entre o emissor da mensagem e seu destinatário, obje-

tivando atingir um público específico por meio de sentimentos afetivos (Christi, 2020; Sexugi, 2019).

Esse tipo de material de campanha é facilmente replicável graças às facilidades proporcionadas pelas mídias sociais, transformando eleitores em “marqueteiros” voluntários. Para isso, os candidatos criam publicações atrativas e interativas, a fim de que possam ser compartilhadas e, com isso, alcançar outros grupos sociais fora de sua abrangência, bem como assegurar a presença constante na *timeline* de seus seguidores (Aggio & Reis, 2013). Embora todos os postulantes tenham utilizado desse recurso, três deles construíram estratégia para aumentar o volume de publicações e, conseqüentemente, sua visibilidade. Alexandre Amaro iniciou uma série de 70 vídeos, em que realizava um minuto de oração, cujo encerramento ocorreu no dia posterior ao resultado eleitoral. Cantora Mara Lima publicou vídeos curtos com versículos bíblicos e trechos de seus hinos, alguns dos quais considerados grandes sucessos no meio gospel pentecostal, como “Além da Medicina”, “Vaso de Alabastro” e “Daniel”. Por último, Rosângela Custódio publicizou a “Benção do dia”, graficamente mais simples do que os apresentados pelos candidatos estaduais, mas que também eram difundidos diariamente. Essas publicações são produzidas com finalidade política, afinal apresentam nome, número de urna e foto dos candidatos (Imagem 5).

Imagem 5: Materiais de campanha com elementos religiosos



Legenda: a) Rosângela Custódio; b) Alexandre Amaro; c) Cantora Mara Lima.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

A construção da identidade é fundamentada no reconhecimento desses postulantes como integrantes do grupo cristão, ao mesmo tempo em que funciona como instrumento de distinção em relação aos “ímpios”,

em uma narrativa beligerante, onde os candidatos se apresentam como defensores árdus da moralidade cristã. Para isso, demonizam as conquistas progressistas no campo da moral, especialmente ligadas aos direitos reprodutivos e sexuais, busca por igualdade de gênero e combate à homofobia, em uma guerra cultural cuja principal resposta é a defesa da agenda moral cristã. Na última década, essas pautas anti-gênero ganharam fôlego, principalmente com a eleição do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, de extrema-direita, que alocou, em seus ministérios, pessoas neoconservadoras como Damares Alves, Ernesto Araújo, Abraham Weintraub, entre outros (Carranza, 2020; Machado, 2020).

O carro-chefe dessa agenda moral é a chamada defesa da família tradicional, principal bandeira dos bastiões evangélicos (Imagem 6). O termo “defesa” já traz em si a ideia de batalha, ameaça a algo que está sendo atacado e precisa ser protegido, cosmovisão embebida na teologia da guerra espiritual, que supõe a existência de um constante confronto entre as forças do bem e do mal, com destaque para as instituições políticas, tomadas por satanás, contra as quais é necessário guerrear para defenestrar os demônios e em seu lugar impor a ordem e a moral cristã. O modelo de família guardada pelos candidatos religiosos é composto exclusivamente pela união entre um homem, uma mulher e seus filhos, cada qual com um papel delimitado, excluindo todas as outras configurações familiares, em especial as homoafetivas. Vale destacar que essa concepção de família parece não levar em consideração a realidade brasileira, que apresenta distintas estruturas familiares (Mezzomo, Silva & Pátaro, 2021; Machado, 2017). Ainda, a pauta desloca a responsabilidade do Estado para a família, já que cabe a ela evitar transtornos sociais decorrentes do uso de droga, da violência contra a mulher, da gravidez na adolescência, da pobreza e da dependência de políticas assistenciais. Assim sendo, como pondera Lacerda (2018: 69), a “defesa da família tradicional e dos valores religiosos oferecem laços sociais sólidos que visam a compensar a falta de solidariedade deixada pelas políticas neoliberais”.

Imagem 6: Defesa da família em *e-flyers* de campanha

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Cunhado pela Igreja Católica e adotado pelos evangélicos conservadores, o termo “ideologia do gênero” compõe a estratégia de demonização e oposição aos avanços em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. As discussões em torno da pauta ganharam fôlego na última década, impulsionada em 2015 pelos debates em torno do Plano Nacional de Educação. O conceito possui a capacidade de taxar de ideológica as teorias sociológicas de gênero e a defesa de direitos sexuais, unindo católicos e evangélicos em um ecumenismo conservador. Esse discurso está ancorado na “defesa da vida” – que se opõe aos direitos reprodutivos, com especial ênfase no aborto –, destaque no matrimônio e na família heteronormativa – como observado acima –, imersão na Educação Básica – com projetos como o denominado “Escola sem Partido” –, e a profissionaliza-

ção das políticas públicas (Tesser, 2021; Matos, 2021; Biroli, Machado & Vaggione, 2020). Os candidatos estaduais acima referidos publicaram materiais com destaque para a defesa da vida, contra a “ideologia de gênero” e em favor da interferência na educação escolar (Imagem 7). Já os postulantes à CMCM pouco recorreram a essas narrativas, realizando menções em sua maioria voltada à defesa da família.

Imagem 7: Pautas morais em campanha



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Diante do quadro apresentado, apontamos a definição de um estilo de campanha que busca representar os candidatos religiosos como bastiões da moralidade que, ungidos pela missão evangélica, se impõem contra os “inimigos de Deus”, presentes nos chamados grupos progressistas, cujas bandeiras estão voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos. Assim, pode-se aplicar para os casos aqui analisados a observação feita por Mariano e Gerardi (2019: 65), para quem, parcela dos evangélicos, na defesa pelo controle da moral privada e da vida pública, não hesitaram em instrumentalizar o governo para desencadear “cruzadas contra adversários, defender valores cristãos e familiares como fundamento moral da nação e tentar impor padrões morais radicados em suas verdades bíblicas”.

Considerações finais

A aproximação e participação de religiosos na arena pública, com destaque na política partidária, constitui um fato social que faz parte de uma onda mundial conservadora, com destacada incidência no Brasil e na América Latina (Pérez Guadalupe, 2020; Almeida, 2019). Em nosso país, agentes da Bancada Evangélica e da Frente Parlamentar Evangélica constroem alianças pragmáticas com outros grupos de direita, formando um neoconservadorismo de ideal privatista, antilibertário e neoliberal na economia. Embora apresente um aspecto antagônico, o conservadorismo e o liberalismo se unem em torno de um inimigo em comum: as políticas de igualdade social e bem-estar, as reivindicações de grupos minoritários, em especial LGBTQIA+ e pautas étnicas. Essa nova direita alcançou algumas conquistas na última década, nos pleitos aos legislativos em 2014 e 2016, atingindo seu ápice na eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018.

No entanto, ao fazermos tal afirmação não estamos emitindo juízo de valor, mesmo porque, como alertou L. E. Soares, seria imprudente fazer uma leitura do mundo evangélico como uma “grande conspiração conservadora”. Ao invés disso, Soares sugere que “dessa visão de mundo que conquista mais adeptos a cada dia no meio popular, na nova classe média, nas camadas médias tradicionais, deriva um clamor por ordem, estabilização de expectativas, respeito a contratos e regras do jogo, de que a segurança pública constitui o conceito e a síntese prática” (Soares, 2019: 103).

Portanto, este postulado epistemológico figurou como pano de fundo da análise que realizamos das campanhas eleitorais de representantes das denominações da Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus nas campanhas eleitorais à Assembleia Legislativa do Paraná (2018) e à Câmara Municipal de Campo Mourão (2020). As três denominações são reconhecidas pela literatura por sua inserção na esfera política, mas havendo diferenças entre as suas estruturas institucionais. Assim, a AD, maior denominação evangélica do Brasil, está fragmentada em diversos ministérios independentes, sem um governo centralizado, possuindo maior estrutura e longevidade as AD/Missão e AD/Madureira. Essa organização parece dificultar o lançamento e canalização do apoio em candidaturas únicas e oficiais, ainda que coopere com o alcance dos postulantes a cargos

eletivos, que podem trafegar entre “igrejas-irmãs”. Já a IURD e a IEQ apresentam maior disposição centralizadora e fortemente hierarquizada, que se reflete em suas ações durante os pleitos, embora a IEQ permita a escolha de seus representantes oficiais por meio de prévias, com lideranças regionais, ao contrário da IURD, que centraliza até mesmo a escolha de seus candidatos. Essas especificidades denominacionais incidem nas estratégias de cada campanha e na formação da imagem de seus representantes.

Para perceber as performances que as campanhas assumiram nas eleições de 2018 para a ALEP e de 2020 para a CMCM, e após explorar aspectos das igrejas e do perfil dos candidatos oficiais, utilizamos três categorias de análise: a *intensidade*, a *forma* e o *estilo* (Mezzomo & Pátaro, 2019). As categorias possibilitam observar a identidade que esses agentes procuram difundir durante o pleito, ancorada na dicotomia entre “bem” e “mal”, recrudescendo as polarizações entre “nós” *versus* “eles”. Ao sacralizar seu campo político (direita) e demonizar seu oponente (esquerda), produzem performances que buscam alcançar as graças do público evangélico, como observamos na eleição de Jair Bolsonaro, tratado por essa parcela evangélica como uma figura messiânica. Longe de meras sutilezas, essa onda conservadora se consubstancia das polarizações e dicotomias simplistas que são construídas e difundidas nas ações e discursos públicos destes personagens e instituições religiosas.

Em relação à intensidade, os candidatos oficiais fazem uso mais frequente do religioso em suas campanhas, em comparação com outros candidatos evangélicos que não foram apadrinhados por suas igrejas, mais especificamente pelo capital simbólico disponibilizado pelas denominações, transmutado em publicações nas mídias sociais. Mas, mesmo entre os representantes eclesiais há particularidades, frequências que se alteram de acordo com as articulações que suas campanhas possuem com as instituições religiosas e as escolhas entre enfatizar os elementos religiosos para alcançar o público evangélico ou priorizar outras estratégias para granjear distintos nichos para além dos “apriscos do bom pastor”.

Na forma, analisamos os meios de mobilização das instituições religiosas para disponibilizar suas ferramentas na busca da eleição dos seus candidatos. Focamos na participação em cerimônias religiosas, ocupando posições de destaque, e no apoio de lideranças e personalida-

des consagradas no meio gospel, seja a nível nacional ou regional. Como a estrutura organizacional da AD não consegue concentrar seu capital em apenas candidatos oficiais, estes tendem a publicizar com maior ênfase os apoios institucionais, como forma de angariar e direcionar o “voto assembleiano” e assim diminuir a dispersão de votos. A IURD e a IEQ enfrentam em menor proporção esse problema, pois, detentoras de uma estrutura centralizada e hierárquica, apostam em estratégias direcionadas não somente para as comunidades religiosas, mas também para outros públicos com o propósito de alcançar outros espaços, para além de seus “irmãos de fé”.

Em relação ao estilo, os seis candidatos compartilharam elementos similares concernentes a sua identificação religiosa. Em sua aparência, procuram desenhar uma formalidade sacralizada que os caracterizam como evangélicos. Nos discursos, frases bíblicas e apoios recebidos, evidenciam uma narrativa que justifica sua participação nos pleitos eleitorais enquanto representantes de Cristo, comissionados por Ele para lutar contra as bandeiras de grupos minoritários da sociedade, principalmente no que se refere aos direitos reprodutivos e sexuais, igualdade de gênero e combate à homofobia. Para isso, instrumentalizam conceitos com grande impacto na opinião pública, como “defesa da família”, “ideologia de gênero”, “defesa da vida”, “contra a doutrinação ideológica nas escolas”. Os candidatos à CMCM, diferentemente dos candidatos à ALEP, pouco recorreram à agenda moral, fazendo referências pontuais voltadas sobretudo para a defesa da família tradicional.

Portanto, se, por um lado, há similaridades na maneira como esses religiosos políticos constroem suas campanhas, por outro lado a estrutura das instituições religiosas influencia nos rumos e nos espaços que esses candidatos ocupam durante a campanha. Como vimos, enquanto a AD está voltada com maior ênfase para o seu público interno – as “99 ovelhas do aprisco” –, a IEQ e IURD vão intencionalmente granjear em outros nichos, chegando, para tanto, até mesmo a “ocultar” a bandeira denominacional, em nome de uma identidade cristã genérica. Há também similaridades entre as estratégias municipais e estaduais, “assim na Câmara como na Assembleia”, embora, como destacamos, em algumas campanhas à CMCM tenha ocorrido alguma dificuldade para instrumentalizar o capital religioso das denominações, como aconteceu com as candidaturas da IURD e da IEQ.

“Venha a nós o Vosso reino, seja feita a Tua vontade, assim na Câmara como na Assembleia”. Essa parece ser a mensagem religiosa veiculada pelos seis candidatos oficiais aqui analisados que fazem política com o apoio das suas instituições eclesiásticas. No entanto, e mais amplamente, importa neste momento fazer duas observações. Em primeiro lugar, algo já bem assinalado pela literatura, e que transcende essa mensagem, qual seja, a de que o ingresso evangélico na arena político-eleitoral não ocorre sem interesses institucionais de várias ordens. Ou seja, há que se atentar, obviamente, para os discursos e os jogos simbólicos e pragmáticos executados pelas denominações e pelos agentes religiosos na esfera política, mas, também, perceber as sutilezas e as artimanhas que incidem tanto na ânsia em impor a moral cristã na política e na sociedade mais amplamente quanto nas buscas das benesses advindas de suas inserções no político institucional. E, em segundo lugar, como sugere Soares, a necessidade de não se proceder ao reducionismo que considera conservador todo o universo pentecostal – mesmo sabendo ser verdadeiro que suas “linhas principais apontam para limites às mudanças” – posto que “paralelamente, avança a individualidade, o que implica dizer: estão lançadas sementes de transformações muito mais profundas” (Soares, 2019: 106).

Referências bibliográficas

ACERVO. Acervo “Religião e política: campanhas eleitorais e mandatos políticos”. *Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder*. 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/3h13K30> > (Acessado em 12/11/2021).

AGGIO, Camilo de Oliveira; REIS, Lucas dos Santos. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. In: *Revista Compólitica*, v.2, n.3, pp. 155-188, 2013.

ALEIXO, Vítor Corrêa. Trânsito religioso e regulação institucional: um estudo de caso na Igreja do Evangelho Quadrangular em Belo Horizonte. In: *Religião & Sociedade*, v.39, n.3, pp. 11-33, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. In: *Cadernos Pagu*, n.50, pp. 1-27, 2017.

_____. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v.38, n.1, pp. 185-213, 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. A transição religiosa no Brasil e alguns aspectos eleitorais. In: *Revista Senso*, n.18, 2020.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Citado na CPI, Malafaia diz falar “quase que diariamente” com Bolsonaro e que iria à comissão: “digo tudo”. In: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 maio 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3yV94Mk> > (Acessado em 15 /11/2021).

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos da América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BONFIM, Evandro de Souza. O Espírito Santo e o “rei do fim do mundo”: transmissão de carisma e iconografia escatológica no governo Bolsonaro. *Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião*, v.22, pp. 1-18, 2020.

CALLEGARI, Rafael Almeida. *Um campo político “não tão laicizado” e agentes religiosos “não muito políticos”: a Igreja do Evangelho Quadrangular no tempo da política*. 141f. Dissertação de Mestrado – Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2018.

CAMURÇA, Marcelo. Igreja Universal do Reino de Deus: entre o “plano de poder” e a lógica de minoria perseguida. In: *Religião & Sociedade*, v.40, n.1, pp. 43-66, 2020.

CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauers Stiftung, pp. 171-192, 2020.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. Sobre a lógica do voto evangélico no Brasil: filiação religiosa e seu impacto na política brasileira. In: *Século XXI*, v.7, n.2, pp. 66-100, 2017.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. In: *Debates do NER*, v.18, n.32, pp. 15-68, 2017.

CCAP. Guia orientativo do processo eleitoral municipal: eleições 2020. *Facebook*. 13 ago. 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/2T99Ghc> > (Acessado em 14/11/2021).

CHRISTI, Rafaela. *O uso de jingles político-religiosos nas eleições à ALEP: uma abordagem da comunicação política a partir da História Pública Digital*. 136f. Dissertação de Mestrado em História Pública. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2020.

CORREA, Marina Aparecida Oliveira dos Santos. Igrejas Assembleias de Deus no Brasil: pastores-presidente e os “laços fraternos”. In: *Caminhos*, v.12, n.1, pp. 240-259, 2014.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. In: *Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 40-65, 2020.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. “Onde a luta se travar”: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980). 358f. Tese de Doutorado em História. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2015.

FRESTON, Paul. Evangélicos na política brasileira. In: *Boletim Teológico*, v.6, n.18, pp. 21-42, 1992.

_____. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 303f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e América Latina. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, pp. 371-391, 2020.

FPE. Quem somos. *Frente Parlamentar Evangélica*. 2019. Disponível em: < <https://bit.ly/30n5LBh> > (Acessado em 14/11/2021).

G1 PARANÁ. MP-PR faz nova denúncia contra o deputado Pastor Edson Praczyk. *G1 Paraná*, Curitiba, 29 jul. 2016. Disponível em: < <https://globo/2yswDOI> > (Acessado em 01/11/2021).

GRACINO JUNIOR, Paulo; REZENDE, Gabriel Silva. A vez dos eleitos: religião e discurso conservador nas eleições municipais do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, v.13, n.38, pp. 259-289, 2020.

IURD. Você conhece o grupo Arimateia? *Universal*. 16 ago. 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/3hDm0hW> > (Acessado em 12/11/2021).

LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil Contemporâneo*. 144f. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

LACERDA, Fábio; BRASILIENSE, José Mario. Brasil: la incursión de los pentecostales en el poder legislativo brasileño. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; GRUNDBERGER, Sebastian (orgs.). *Evangélicos y poder en América Latina*. Lima: KAS; IESC, pp. 141-180, 2018.

LACERDA, Marina Basso. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. 207f. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Pentecostais, sexualidade e família no congresso nacional. In: *Horizontes Antropológicos*, v.23, n.47, pp. 351-380, 2017.

_____. A vertente evangélica do neoconservadorismo brasileiro. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauers Stiftung, pp. 271-286, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. In: *Dados*, v.57, n.3, pp. 601-631, 2014.

MAGALHÃES, Alexander Soares. Os jovens e o pentecostalismo: considerações sobre a identidade da juventude da igreja Assembleia de Deus a partir de um estudo de caso na Baixada Fluminense – RJ. In: *Interseções*, v.20, n.2, pp. 268-285, 2018.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. In: *Civitas*, v.16, n.4, pp. 710-728, 2016.

_____. O barulho dos evangélicos: entrevista com Ricardo Mariano. *Instituto Humanitas Unisinos*. 14 nov. 2017. Disponível em: < <https://bit.ly/3zvwQxS> > (Acessado em 01/11/2021).

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. In: *Revista USP*, n.120, pp. 61-76, 2019.

MARIANO, Ricardo; HOFF, Marcio; DANTAS, Toty. Evangélicos Sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. In: *Debates do NER*, v.7, n.10, pp. 65-78, 2006.

MATOS, Teresinha. “Ideologia de gênero”: estratégia discursiva e arma política. *Laboratório de Antropologia da Religião*. 18 jun. 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3gZ9uue> > (Acessado em 01/11/2021).

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “A milícia dos remidos marcha impoluta”: campanha de evangélicos assembleianos ao legislativo paranaense em 2018. In: *Projeto História*, v.67, n.1, pp. 42-78, 2020a.

_____. Os usos do Facebook em campanhas eleitorais: atuação de candidatos evangélicos apoiados por instituições religiosas. In: *Compolítica*, v.10, n.2, pp. 109-136, 2020b.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião e política: estratégias institucionais e acionamentos religiosos por candidatos evangélicos em eleições proporcionais (2008-2016). In: *Rever*, v.17, n.3, pp. 139-165, 2017.

_____. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. In: *Tempo e Argumento*, v.11, n.26, pp. 456-485, 2019.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; ONOFRE, Lucas. Evangélicos na política: as eleições proporcionais de Campo Mourão em 2012. In: *Rever*, v.14, n.2, pp. 244-264, 2014.

MEZZOMO, Frank Antonio; SILVA, Lucas Alves da; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “Pela ‘família tradicional’”: campanha de candidatos evangélicos para a ALEP nas eleições de 2018. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, v.13, n.39, pp. 13-41, 2021.

MEZZOMO, Frank Antonio; NASCIMENTO, Lara Pazinato; SILVA, Lucas Alves da; ANJOS, Lucas Lopes dos. “Tocai a trombeta entre as nações”: Dia do Evangélico e a construção de uma cultura pública evangélica. In: *Religare*, v.17, n.2, pp. 651-672, 2020.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Zahar, 2020.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.53, pp. 53-69, 2003.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. In: *Sociedad y Religión*, v.30, n.54, pp. 121-147, 2020.

PAULA, Vitor Aparecido Santos de. *Religião e política no vale do Paranapanema: a Igreja do Evangelho Quadrangular em Assis-SP (1996-2008)*. 148f. Dissertação de Mestrado em História. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2012.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis. “El hermano no vota al hermano”: la inexistencia del voto confesional y la subrepresentación política de los evangélicos en América Latina. In: *Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião*, v.22, pp. 1-39, 2020.

PIERUCCI, Antonio Flavio. As bases da nova direita. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n.19, pp. 26-45, 1987.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan Willian; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. In: *Revista USP*, n.120, pp. 43-60, 2019.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 232f. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; CERVI, Emerson Urizzi. Evangélicos e voto legislativo: diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. In: *Latin American Research Review*, v.54, n.3, pp. 560-573, 2019.

SANTOS, Livia Reis. Confiança ou cabresto? Considerações sobre o comportamento eleitoral de um grupo evangélico nas eleições municipais de 2012. In: *Intratextos*, v.4, n.1, pp. 73-92, 2013.

SEXUGI, Fábio Alexandre. *Entre o santíssimo e os santinhos: a atuação do Ministério Fé e Política nas eleições proporcionais de 2014 no Paraná*. 143f. Dissertação de Mestrado - Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Revoluções no campo religioso. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v.38, n.1, pp. 85-107, 2019.

TEITELBAUM, Benjamin. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TRE/PR. *Tribunal Regional Eleitoral – PR*. 2021. Disponível em: < <https://www.tre-pr.jus.br/> > (Acessado em 12/11/2021).

TESSER, Tabata Pastore. Ecumenismo (neo)conservador: pacto programático-religioso na defesa da agenda anti-gênero. In: *Coletivo Bereia*. 11 jun. 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3hhoAu0> > (Acessado em 12/11/2021).

TUPAN, Fernando. Noemia não terá apoio da Igreja para disputar eleição em 2018. *Youtube*. 23 out. 2017. Disponível em: < <https://bit.ly/3wF3k-nI> > (Acessado em 12/11/2021).

ZANLORENSSI, Gabriel; ALMEIDA, Rodolfo; NUNES, Fernanda. A genealogia e o perfil dos partidos brasileiros. In: *Nexo Jornal*, São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/3ey5Ru4> > (Acessado em 12/11/2021).

Notas

¹ Agradecimento à Fundação Araucária/PR pela bolsa pós-doutorado, recebida via Acordo FAP/Capes.

² A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional foi criada na legislatura de 2003-2006, mais especificamente em 18 de setembro de 2003.

³ Importa destacar, como lembra Luiz Eduardo Soares, que até 2015, “o processo cultural brasileiro, histórica e politicamente moldado, vinha sendo marcado (...) pela afirmação predominante de tendências democráticas [e progressistas, acrescentamos nós], em todas as esferas da vida social” (Soares, 2019: 97).

⁴ A AD apoiou mais de um candidato oficial por pleito, sendo dois postulantes do Ministério da Missão (Cantora Mara Lima e Misael Junior) à ALEP e um à CMCM (Edilson Martins). Da mesma forma, o Ministério de Madureira (AD/Madureira) apresentou um representante à ALEP (Bill Pastéis) e dois à CMCM (Pr. Carlinhos Pereira e Narcizo Negão). Optamos, neste artigo, para trabalhar exclusivamente com a AD/Missão e, no caso da ALEP, somente com a Cantora Mara Lima.

⁵ Aroldo Martins (Republicanos), eleito deputado federal do Paraná em 2018, é bispo licenciado e contou com apoio oficial da IURD. Apoiou alguns candidatos à CMCM em 2020, embora tenha acionado seu capital religioso exclusivamente para a candidata Rosângela Custódio, que é da mesma denominação.

⁶ A IURD publicou uma nota em resposta as acusações, afirmando: “A Igreja Universal do Reino de Deus informa que qualquer integrante de seu corpo eclesialístico – bispos e pastores – que decida ingressar em carreira política, obrigatoriamente, licencia-se da Igreja e passa a se ocupar exclusivamente da atividade pública. Esclarecemos, ainda, que acompanharemos o desenrolar dos fatos. A Universal sempre procura avaliar se a conduta do pastor, ainda que licenciado, continua compatível com os preceitos éticos e morais exigidos de seus membros” (G1 Paraná, 2016: s./p.).

Recebido em: 31/07/2021

Aprovado em: 18/10/2021

*Así en el Municipio como en el Estado:
representación corporativa evangélica en las elecciones de 2018 y 2020
en el Estado de Paraná, Brasil*

Resumen: En este artículo se analizan las continuidades y similitudes en el uso del capital religioso en las estrategias electorales de los candidatos apoyados por denominaciones evangélicas. Se abordan las campañas electorales, tanto para los cupos de diputados en el poder Legislativo del Estado de Paraná (2018), como para los cupos de concejales en Cámara Municipal de Campo Mourão (2020), de representantes oficiales de la Assembleia de Deus, de la Igreja Quadrangular y de la Igreja Universal do Reino de Deus. Se recopilan y sistematizan materiales publicados en redes sociales, considerando la intensidad en la que se utilizan los signos hieráticos, la forma de construcción de las campañas y el estilo con que se accionaron las identidades sacras en tales campañas. Se constata que la participación de religiosos en el ágora pública presenta una agenda y unas estrategias simbólicas y pragmáticas, con el aparente objetivo de expandir el reino de Dios sobre la política y hacer la voluntad de la Iglesia, tanto en el Municipio como en el Estado.

Palabras clave: Religión y política; Campaña electoral; Candidatos oficiales; Iglesias pentecostales

*In the Council as well as in the Assembly:
Evangelical Corporate Representation in the 2018 and 2020 Elections in
Paraná, Brazil*

Abstract: In this article, we analyze the continuities and similarities in the use of religious capital and the electoral strategies of candidates supported by evangelical denominations. It consists of the campaigns of official representatives of the Assembly of God, the Foursquare Church, and the Universal Church of the Kingdom of God, in the elections to the Legislative Assembly of Paraná (2018) and the City Council of Campo Mourão (2020). We collected and systematized the materials published in their social media, problematizing the intensity in the use of hieratic signs, how the campaigns were constructed, and the style in which sacred identities were used in the electoral campaigns. The participation of religious individuals in the public arena presents symbolic and pragmatic agendas and strategies, the consequence of which seems to seek to expand the kingdom of God over politics and to do the will of the Church in the Council as well as in the Assembly.

Keywords: Religion and politics; Electoral campaign; Official candidates; Pentecostal churches